

# DA AZÁFAMA DA PARTILHA À TRANSMUTAÇÃO DA TERRA - A CONSTRUÇÃO DA CASA BANDEIRISTA NO BRASIL COLONIAL (1500-1822)

**Costa, André<sup>1\*</sup>, da Silva, Ana<sup>2\*\*</sup>**

<sup>1</sup>andreluis\_costa@hotmail.com, <sup>2</sup>anafsilva@gmail.com

\*Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

\*\*Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades e Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**Palavras-chave:** Arquitectura Colonial Brasileira; Construção Luso-Brasileira; Culturas Híbridas; Técnicas Construtivas; Casa Bandeirista.

## RESUMO

*A “Casa Bandeirista”, entendida como uma construção multifuncional resultante do estabelecimento europeu no interior do continente Sul-Americano, é o objeto de estudo deste artigo. Ao considerá-la como resposta arquitectónica a uma necessidade capital do “Período Colonial (1500-1822)” – a arquitetura como objeto útil, resultado de uma ação criadora e obra de arte, da qual a construção é parte integrante essencial, submetida a questões de ordem social – procura-se, através do estudo das diferentes “culturas construtivas” sincretizadas no seu processo gerador, revelá-la como uma verdadeira síntese da superação do desafio das diferenças existentes entre o Brasil e a Europa. A tomada de consciência dá-se a partir da confrontação entre as suas condições específicas, patentes na “dimensão programática” e “especificidades construtivas”, com as gerais, patentes num panorama das condições construtivas existentes na Colónia e na Metrópole.*

## 1. INTRODUÇÃO

Etimologicamente, *edificar, dispor, organizar*: construir não é mais que reunir e dispor metodicamente as partes de um todo.<sup>1</sup> O resultado, a construção – do latim *construere*, erigir, amontoar – provoca modificações na superfície terrestre, seja ela ou não, um fruto da ação antrópica. Quando o espaço é transformado pelo homem em benefício das suas necessidades, falamos não só de construção, mas também quase sempre de arquitetura<sup>2</sup>, que sendo condicionada pelos diferentes aspectos a que a sociedade se subordina, encontra-se imersa na história da humanidade. O conjunto dessas variáveis é o responsável pelo surgimento de uma cultura associada à construção: aqui considerada como *cultura construtiva*.

---

<sup>1</sup> Dicionário da Língua Portuguesa.

<sup>2</sup> “O conceito de arquitectura abrange três significações autónomas mas relacionadas: arquitectura como resultado de uma acção criadora; arquitectura como objecto útil e quadro de vida humana, cuja historicidade se constituiu como história da descoberta da edificação e das regras que regem o acto de edificar; arquitectura como obra de arte, isto é, a caracterização do objecto criado, a análise do modo de produção desse objecto, de maneira a remeter tal objecto a uma ordem factual ou a uma valoração artística.” (Rodrigues, 2002, p.9)

Nesse contexto, julga-se que quanto mais desenvolvido for um povo do ponto de vista do aperfeiçoamento material e tecnológico, mais avançado será o estado evolutivo da sociedade e mais profundas serão as relações estabelecidas entre si e a realidade (Cf. Lemos, 2009). Por isso, a construção como arquitetura adquiriria um caráter transcendental: ao mesmo tempo que cumpre uma função, razão primordial da sua existência, representa diferentes *processos sociais*, cujo resultado é parte integrante dos bens culturais de uma nação.

O que aqui se considera como *construção luso brasileira* é, antes de mais, a arquitetura realizada pelo povo ibérico<sup>3</sup> em território brasileiro, um produto do *processo adaptativo* das estruturas sociais portuguesas às inauditas condições brasileiras. Destaca-se que entre 1500 e 1822, o Brasil foi uma promissora colônia pertencente a Portugal, período a que se passou a chamar *Colonial*. Uma época marcada sobretudo, pela heterogeneidade de interesses, pelas disputas de poder entre portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, escravos, povos indígenas, entre outros, fruto da economia mercantilista e da política de expansão e de dominação territorial.

Nesses pouco mais de trezentos anos, enaltece-se a *Casa Bandeirista*<sup>4</sup> como exemplo proeminente de mais do que uma simples construção, uma arquitetura genuinamente *luso*, ou melhor, *ibero-brasileira*, nas distintas, mas complementares significações que o conceito de *arquitetura* abrange. Verdadeiro exemplo do contorno das diferenças, ela é aqui compreendida como produto de uma mescla entre os princípios arquitetônicos empregues pelos europeus e os desafios circunstanciais impostos a partir do seu estabelecimento em território brasileiro.

## 2. CULTURAS CONSTRUTIVAS

“Construir foi, para o homem, primeiramente, construir sua habitação. Alojarse no espaço, dominá-lo como parte da natureza.” (Artigas, 2004, p.119) Os povos considerados primitivos teriam dado, a partir da ocupação de espaços como seus abrigos, o primeiro passo da marcha rumo à sua apropriação plena. Para Vilanova Artigas, a primeira soleira seria um objeto complementar e extensível da habitação, cujo propósito corresponderia ao que hoje seriam os aeroportos, estações e pontes, verdadeiros artefactos que conferem à habitação um estatuto universal: “A cidade é uma casa. A casa é uma cidade.” (Idem, Ibidem.)

O propósito e os fundamentos originais da construção constituem também as bases da arquitectura. Esta, como um resultado da acção criadora do homem - dando resposta às suas necessidades e em determinado contexto - materializa-se por intermédio da construção. A *cultura construtiva* é o resultado da fusão das duas, indissociáveis e da sua evolução conjunta ao longo do tempo, numa satisfação mútua das suas necessidades, mas em prol do homem enquanto criador. Nesse sentido, a construção é também a manifestação da cultura de uma população. Sendo diretamente influenciada pelas respetivas estruturas sociais, condicionando-as e sendo por elas condicionada. Apesar disso, a adulteração ou o desentendimento dos pressupostos construtivos, fizeram e fazem com que muitas das vezes a construção exista apenas por si própria, distanciando-se dos seus antigos princípios e portanto, daquilo que é a arquitectura. Assim, a *cultura construtiva* define-se como “o sistema coordenado de conhecimento, regras, procedimentos e hábitos, que circunscrevem o processo edificatório num determinado lugar e tempo” (Davis, 2006, *apud* Mateus, 2013; tradução livre do autor), determinado, portanto, pela capacidade do ser humano compreender as relações entre si e a realidade que o cerca e que desde cedo se manifestou nas suas primeiras ações sobre a

---

<sup>3</sup> Entre 1581 e 1640, Portugal e Espanha estiveram sob o domínio de um mesmo Rei espanhol, pelo que se tentou anular a autonomia portuguesa através da absorção do seu território. Por isso, durante parte do período colonial, o povo que se considera ser português é na realidade um povo ibérico.

<sup>4</sup> Não se refere a uma casa em específico, mas a um conjunto de casas compreendidas nesse período e que são equiparáveis entre si no âmbito arquitetónico através de características *análogas* e *afins*.

superfície terrestre e conseqüentemente, no seu próprio desenvolvimento ao longo do curso da história.

O simples ato de escavar o solo é exemplo de uma das formas mais elementares a que o homem recorreu para se abrigar. Mas a transformação da terra em prol da construção exigia esforços que nem sempre as mãos eram capazes de suportar, facto que o levou ao desenvolvimento de utensílios auxiliares. Ao contrário da terra, a pedra tem a alta durabilidade como vantagem; contudo, o seu emprego na construção requer maior engenho, quer em estado bruto ou aparelhado. (Weimer, 2012) Talvez por isso ela tenha deixado de ser utilizada em determinados contextos sociais, independentemente do facto de ser abundante, o que faria com que à partida pudesse ser seleccionada como a matéria principal para a construção. Perentório exemplo de que “para lá dos fatores naturais e condicionalismos mesológicos [há que] considerar os fatores humanos que presidem à elaboração e evolução de qualquer elemento ou instituição cultural.” (Mateus, 2013)

A arquitetura é construída, modificada e destruída com o passar dos anos, conforme o aparecimento de novas necessidades ou simplesmente pela exploração de possibilidades. Denota um processo bastante complexo, subordinado tanto às forças produtivas da sociedade – força de trabalho e grau de adiantamento tecnológico – quanto aos meios de produção – recursos naturais disponíveis e instrumentos construtivos. Conseqüentemente, todos esses factores se relacionam entre si e estão vinculados aos regimes políticos e económicos de uma nação – regime de trabalho e propriedade. Por isso, entende-se que, tal como a construção varia conforme as questões inerentes a cada unidade cultural, também a arquitetura o faz, transmutando-se de acordo com o âmbito político e social em que está subsumida.

## 2.1. PORTUGUESA

Em Portugal as primeiras construções surgiram no período Neolítico como exemplares da arquitetura megalítica, expressando a vontade e a necessidade de alteração, organização e demarcação do *lugar*<sup>5</sup> – exigência do estabelecimento humano. Os "castros calcolíticos, os povoados na Idade do Bronze e a cultura castreja dos povos da zona ocidental da futura Lusitânia" (Mateus, 2013), denunciam, nesse período, a construção como resultado de mesclas. Vejamos as povoações fortificadas situadas em locais estratégicos, cujas construções, associadas ou não, eram cabanas destinadas à habitação, ao abrigo e proteção de fossas de armazenamento escavadas na terra ou na rocha e também à prática sepulcral. Com planta circular, possuíam paredes em pedra com cobertura de colmo assente em estrutura de madeira suportada por um poste central. (Cf. Vieira, 2014) O conjunto destas construções constitui uma fase primitiva<sup>6</sup> da cultura construtiva portuguesa, cujos princípios são aqui entendidos como seus fundadores; porém, não menos importantes serão as seguintes fases de hibridação<sup>7</sup> até ao período colonial: a *ocupação romana*, pela imposição do modelo da cidade monumental, pela introdução das argamassas de cal e pela normalização dos aparelhos e das dimensões dos blocos de pedra e de tijolos cozidos que levou à modulação dos edifícios; e a *invasão árabe* que introduziu novas técnicas de construção em terra, *taipa* e *adobe*.

Estas práticas e respetivos pressupostos foram determinantes para a evolução da construção, tornando a cultura a ela associada mais coesa. A sua absorção e posteriores ajustes às circunstâncias encontradas em Portugal, permitiram depois a sua expansão como *cultura construtiva heterógena*. Podemos por isso dizer, que em território português encontramos "testemunhos de uma tradição construtiva própria" (Mateus, 2011, p.16), cuja origem está

<sup>5</sup> Entende-se o lugar como condição *sine qua non* da arquitetura: o espaço como é memorizado pelo utente, com todas as cargas emocionais e de significação que aquele é capaz de neste evocar.

<sup>6</sup> Segundo a leitura e aplicação de João Mascarenhas ao caso português, das diversas fases tipológicas construtivas definidas por Alsayaad. (Cf. Mateus, 2013)

<sup>7</sup> Idem.

também "relacionada com a evolução observada na Península Ibérica e resulta dos materiais naturais, das comunicações internas e externas de que foi dispendo e das condições socio-políticas e culturais de cada momento histórico." (Idem) Factores naturais determinaram em primeira instância, a permanência num determinado local e conseqüentemente, o rumo dessa cultura construtiva.

Nas intervenções territoriais assiste-se a uma modelação da fisionomia dos lugares, retirando partido dos fatores que os caracterizam em benefício do próprio homem e da actividade que ali por ele é desenvolvida, tal como a construção vernacular portuguesa. Neste âmbito, foi crucial o zonamento territorial das culturas construtivas, que propôs a divisão da construção tradicional em dois grupos principais caracterizados pela matéria-prima abundante: a da pedra com maior expressão no Norte, que "sugere uma possível filiação na civilização arcaizante dos castros pré-romanos" e a da terra, desenvolvida sobretudo no Sul, onde se lê "a influência de civilizações superiores, romana, muçulmana". (Ribeiro, 1998, p.95) Também na forma e na organização estes grupos são igualmente distintos, apesar de possuírem ambos planta retangular e geralmente cobertura de duas águas. A casa rural do Norte "carateriza-se essencialmente por ter dois pisos [independentes], uma *loja* térrea destinada aos gados e à guarda de alfaias e produtos agrícolas, e um *sobrado* ou andar para habitação, onde ficam a cozinha e os quartos" (Idem, p.92), apesar de ser comum em algumas regiões a disposição em torno de um pátio. A cobertura é de telha vã, colmo ou lousa e as paredes de blocos de pedra sem qualquer acabamento. Já "a casa do Sul caracteriza-se tanto pela forma mais simples como pela função mais especializada" (Idem, p.93): um só piso para habitação. A caiação interior reflete a luz e refresca a casa e o pavimento é geralmente revestido com ladrilhos. No Algarve "parece ter persistido, desde o tempo dos mouros, a *açoteia* ou cobertura em terraço" (Idem, p.94), ajustada a chuvas escassas e à necessidade de secar alimentos.

É a partir da leitura destes tipos e variantes que se verifica que "os grandes estilos eruditos ganharam frequentemente [...] expressões locais resultantes de uma adaptação às condições particulares das regiões diferenciadas". (SNA, 1961, p.XX) A arquitetura popular é agora entendida<sup>8</sup> como resultado do processo evolutivo ao longo da história, potenciado pela força poética do edifício e da sua relação com o sítio. Assim, podemos dizer que a cultura construtiva portuguesa se define principalmente pela "correlação estreita com as condições naturais da região, o seu radical utilitarismo, a rusticidade e a permanência [...] se lhe cortam as raízes que a prendem fortemente à terra e aos seus problemas, desvirtua-se, perde a força e a autenticidade." (Idem, p.XIX)

## 2.2. BRASILEIRA

Antes da chegada dos povos europeus, mais de duzentas civilizações<sup>9</sup> habitavam as terras brasileiras. Ali, *aimorés*, *caiangangues*, *goitacazes*, *guaranis*, *tremembés*, *tupis*, entre outras etnias, coexistiram de maneira nem sempre branda e pacífica. Os *índios*, como esses povos foram chamados pelos portugueses, apresentavam entre si grande homogeneidade cultural e linguística (Fausto, 2012). Homogeneidade também encontrada nas técnicas e materiais construtivos por eles empregues nas construções com materiais naturais, como fibras, folhas, paus, gravetos, entre outros de mais fácil obtenção. Os *caiangangues*, por exemplo, escavavam o solo, transmutando-o em pisos e paredes cobertos por um emaranhado de gravetos e folhas secas, protegendo-os das intempéries (Fig.1). (Cf. Weimer, 2012) De maneira geral, os espaços eram destinados ao abrigo das mais diferentes funções, sem que houvesse, necessariamente, uma correspondência evidente entre a forma e a função por elas desempenhada.

---

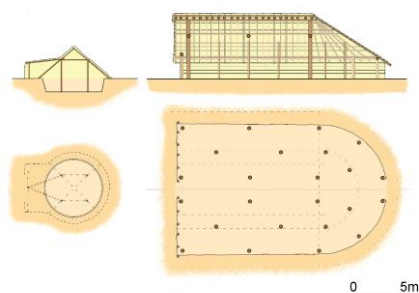
<sup>8</sup> Com o contributo do *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, desenvolvido entre os anos 50 e os anos 60.

<sup>9</sup> As poucas mais de duzentas civilizações que habitavam as terras hoje compreendidas pelo Território Nacional Brasileiro, totalizavam entre cerca de dois a cinco milhões de indivíduos. (Fausto, 2012).

Construções como essas não eram capazes, portanto, de responder às necessidades impostas pela estrutura social portuguesa que era transportada além-mar, pelo que foram *a priori* consideradas demasiado primitivas, selvagens e arcaicas. Günter Weimer sugere a existência de mais de setenta tradições construtivas indígenas específicas no Brasil<sup>10</sup>, o que compreende um número ainda maior de possíveis soluções arquitetónicas. Entretanto, o conjunto dessas construções pode dividir-se em duas grandes categorias, consoante a forma como o espaço interior era utilizado. A primeira, refere-se às construções *individuais*, destinadas a atender às necessidades exclusivas de cada unidade familiar, pequenos abrigos contíguos cuja disposição compõe aldeias ou assentamentos indígenas. A segunda, diz respeito aos edifícios *coletivos*, destinados a abrigar sob uma única cobertura todas as atividades desenvolvidas pela tribo e é precisamente por isso, que das mais diferentes tipologias já estudadas pelos arquitetos e historiadores, esta é considerada a mais simples. (Cf. Weimer, 2012, p.43)

As construções coletivas, também denominadas de *Casa Unitária* ou *Casa-grande*,<sup>11</sup> abrigavam desde algumas dezenas até mesmo centenas de pessoas. No caso das habitações unitárias dos *tucanos* (Fig.2), *pano* e *marubo*, a cobertura é formada por águas que quase tocam o solo e se projetam para além das paredes exteriores, cuja altura não é maior do que a de uma pessoa. Duas portas, uma na zona anterior destinada aos homens e outra na posterior destinada às mulheres, dão acesso a um grande espaço central subdividido por biombos de folhas entrançadas e dispostos de maneira a originar pequenos nichos onde o núcleo familiar dispõe de privacidade. A ocupação desses nichos dá-se conforme a posição hierárquica ou o *status social* que as famílias conquistam, separação que é complementada por espaços exclusivos para homens e rapazes, e mulheres e crianças. (Cf. Weimer, 2012, p. 43-56.)

Algumas variações tipológicas da *Casa Unitária*, como as habitações dos *ianomâmis* – que são circulares e possuem uma abertura central que proporciona uma espécie de praça – existem sem, contudo, alterar a lógica que estrutura os espaços – ou nichos destinados ao abrigo das unidades familiares – em torno de um núcleo ou até mesmo de um pátio central reservado às cerimónias e ritos tribais. Fundamento semelhante ao verificado na disposição das diferentes construções *individuais*, cujo conjunto constitui a aldeia indígena, a exemplo da *tupi-guarani*, descrita pelos primeiros europeus que chegaram ao Brasil. “Essas formas de aldeia ainda hoje podem ser encontradas na Amazônia e em pouco divergem de uma forma comum que é a existência de quatro construções, ortogonais entre si e ordenadas de modo que formem uma grande praça quadrada entre si.” (Weimer, 2012, p.48) Esses edifícios, chamados de *maloca* que em tupi-guarani significa *casa de gente*, também são divididos internamente de acordo com a configuração estrutural da cobertura, que conforma uma série de espaços de seis metros quadrados onde uma família se abriga. (Cf. Weimer, 2012, p.48-56)



Figuras 1 e 2 – Casa Individual dos *Caiangangues* e Casa Unitária dos *Tucanos*.

<sup>10</sup> Informação aventada a partir de interpretação do *Mapa Etno-Histórico do Brasil*, produzido pelo aventureiro alemão Curt Unkel ou Curt Nimuenjadu, como era alcunhado. Esse levantamento distinguia mais de trinta civilizações isoladas e outras quarenta, cuja família linguística era completamente divergente entre si. (Weimer, 2012, p.42-43).

<sup>11</sup> O termo *Casa-grande* era empregue para distinguir a construção principal das restantes, dispostas ao seu redor.

### 2.3. LUSO-BRASILEIRA

“O contato das duas culturas merece um retrato ainda mais distinto, até grandiloquente. Quando europeus e ameríndios se reencontraram em praias do Caribe e do Nordeste brasileiro, romperam um isolamento das migrações humanas que completava 50 mil anos.” (Narloch, 2011, p.34) De facto, tanto para as civilizações do Novo Mundo como para as do Velho Mundo – cujas diferenças culturais podem ser compreendidas como as existentes entre a base e o topo de um abismo – o encontro caracterizou “um dos episódios mais extraordinários da história do povoamento do ser humano sobre a Terra” (Idem, Ibidem). Como em todo o grande choque, ambos os lados recolheram perdas e ganhos, inclusivamente na construção. Mas a construção *luso-brasileira* não surgiu como uma imposição construtiva portuguesa ao Brasil. Pelo contrário, ela é entendida como uma prática base europeia, reajustada predominantemente pelo povo ibérico às condições e às necessidades encontradas em território brasileiro. O convívio entre os povos indígenas e os colonizadores europeus fez com que surgissem novos modelos construtivos, resultado de um *processo de adaptação* às condições regionais, ocorrido sobretudo “nos locais que tiveram o seu desenvolvimento retardado devido à momentânea falta de atrativos econômicos.” (Lemos, 2014, p.11)

Até ao século XVIII, à exceção de São Paulo, que com as suas casas de taipa, oito igrejas, três mosteiros e dois conventos, “parecia aos olhos dos viajantes estrangeiros melhor aglomeração urbana do que suas congêneres,” (Del Priore, 2010, p.89) as cidades brasileiras “foram construídas não em áreas planas, como recomendava Vitruvius [...], mas em lugares altos e de difícil acesso.” (Idem, p.86) Aí, as construções toscas que conformavam as ruelas e becos, que por sua vez, serpenteavam as montanhas, contrastavam com os grandes e rebuscados casarios, (Cf. Del Priore, 2010) cujas técnicas construtivas empregues se revelavam, por vezes, as menos indicadas para aquele local. (Cf. Weimer, 2012) Tanto que coexistiam num mesmo local “construções em pedra para os proprietários e classe dirigente, construções em taipa para os escravos e casas em pau-a-pique para os caboclos.” (Mateus, 2013)

A pedra que devido às dificuldades de obtenção e aparelhamento, atingia custos elevados no Brasil, seria preterida pela terra - de fácil acesso, manuseio e reaproveitamento - como o principal material construtivo empregue durante quatro quintos da história brasileira. (Cf. Weimer, 2012) As técnicas construtivas que utilizavam a terra, como a *taipa de pilão*, *sebe e sopapo*, o *adobe* e a *cerâmica* foram amplamente utilizadas na construção *lusu-brasileira*. O paulista, “por certo, pragmaticamente construía com o material que dispunha – a terra socada nos taipais – copiando e recopiando modelos antigos.” (Lemos, 2014, p.12) E foi precisamente numa dessas cópias que, a partir do esforço de habitar conforme uma lógica inalterada há gerações, surgiu a *Casa Bandeirista*.

### 3. A CASA BANDEIRISTA

Como consequência do *Movimento Bandeirista*<sup>12</sup>, iniciado no século XVI, a soberania da Metrópole sobre o território atualmente compreendido, sobretudo, pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, foi ratificada. Os *Bandeirantes*<sup>13</sup>, grupos

---

<sup>12</sup> O *Movimento Bandeirista* é caracterizado por um conjunto de expedições que, reunindo às vezes milhares de índios comandados pelos desbravadores portugueses, eram arrojadas pelos sertões brasileiros com uma finalidade principal: a obtenção de metais preciosos e a captura de escravos. (Fausto, 2012, p. 51) Essas expedições, também chamadas de *bandeiras*, duravam meses e até mesmo anos, atenderam aos interesses de algumas etnias indígenas que se aliaram aos portugueses com o objetivo de aumentar o seu poder e hegemonia sobre um povo considerado inimigo. Por outro lado, atendiam também aos interesses da Coroa Portuguesa, desejosa em estabelecer soberania sobre as terras ainda não ocupadas por um europeu. “Graças às alianças com esses grupos, os europeus puderam ocupar efetivamente diferentes pontos do litoral e, no caso excepcional de Piratininga (São Paulo), no interior do continente.” (Monteiro, 2013, In Figueiredo, 2013, p.36)

<sup>13</sup> Os *Bandeirantes* eram os integrantes das *bandeiras* cujo conjunto constituiu o *Movimento Bandeirista*.

compostos por índios, *mamelucos*<sup>14</sup> e portugueses, somavam à propensão natural pela aventura, os interesses económicos e políticos e frequentemente incentivados pela própria administração portuguesa, desbravaram os sertões brasileiros. (Cf. Fausto, 2012, p.51-57) Apesar de não terem como objetivo principal a fixação numa porção territorial através da fundação de vilas e cidades, acabaram por estabelecer algumas comunidades autónomas no interior continental, como a de Piratininga em São Paulo. Dentre as diversas tipologias arquitetónicas empregues no estabelecimento dessas comunidades, identifica-se a da *Casa Bandeirista*, desenvolvida no decorrer nos séculos XVII e XVIII.

Sabe-se que tais construções eram dotadas de um carácter multifuncional: para além de habitação, recinto religioso e abrigo temporário, eram também local de trabalho e de armazenamento (Cf. Katinsky, 2005 *In* Mayumi, 2005, p.50). Entretanto, tal e qual uma *esfinge semi-decifrada* (Lemos, 2014, p.12), a *Casa Bandeirista* não foi totalmente entendida pela história da arquitetura, que a considerou apenas mais uma "unidade doméstica unifamiliar – nos usos e funções que exerceu no passado, usos e funções que vão para além da mera satisfação e esquemas funcionais de carácter universal – atendimento às actividades de estar, repouso, serviço." (Lima, 2002) Apesar de não terem sido construídas com a intenção específica de se tornarem obras de arte, certamente poderiam ser valorizadas artisticamente como um *sincretismo* de soluções formais, resultante da combinação de componentes eruditos da arquitetura ibérica. (Lemos, 2014, p.13)

Acredita-se que a *Casa Bandeirista* seria, portanto, uma das mais evidentes representantes das relações passadas entre os europeus e os brasileiros. Entretanto, a forma como este vínculo é compreendido, sobrevaloriza as contribuições ibéricas em detrimento daquelas efectuadas por índios e mamelucos. Talvez isso se deva ao facto, entre outros, do *hibridismo* dessas construções ser muitas vezes verificado a partir da comparação entre as composições formais e suas componentes, a despeito das associações sobre a *dimensão programática* e as *especificidades constitutivas*. Apesar da leitura que as considere a partir de uma série de casos ilustrativos parecer, num primeiro momento, demasiado simplista, não deixa de ser um contributo para a análise da *cultura construtiva*, temática manifestamente abordada pelo presente estudo que não prescinde de reinterpretações com base em critérios bem definidos. Por isso, reconhecem-se como notáveis complexos do tipo<sup>15</sup> – desde a *casa caiangangue*, as *casas-grande* dos *tucanos*, *marubos* e *ianomamis*, a *maloca tupi-guarani*, passando pela *Casa Árabe na Andaluzia* (Fig.3) e a *Casa Rural Lusitana* – as *Casas-grande*<sup>16</sup> dos *Sítios Querubim* (~1680), *Santo Antônio* (~1681) (Fig.4), *Mandu* (~1680-1720) (Fig.5) e *Padre Inácio* (~1753).

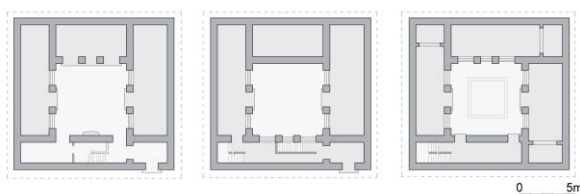


Figura 3 – Casa Rural da Andaluzia (s/d).

### 3.1. DIMENSÃO PROGRAMÁTICA

A arquitectura que com o tempo adquire uma certa proeminência, é aquela que aparenta ter sido projetada especificamente para o local em que está implantada; ela não só retira dele o devido

<sup>14</sup> Os *mamelucos* eram mestiços nascidos a partir da união afetiva entre portugueses e indígenas. (Monteiro, 2013, *In* Figueiredo, 2013, p.36)

<sup>15</sup> Edifícios proeminentes devido à visibilidade em periódicos especializados como a Revista Acrópole, cujas evidências documentais possibilitam o confronto com as informações posteriormente recolhidas.

<sup>16</sup> Essas construções estão integradas num complexo que integra outras edificações; e por isso, à semelhança do que ocorreu com as construções principais das aldeias indígenas, são chamadas de *Casa-grande*.

partido, como também destaca as suas valências. Adapta-se às condições do *lugar* – em função dele é composta e organizada – pelo que não pode ser replicada num outro, sem que com isso perca o sentido das associações entre os diferentes elementos que a compõem. Mas há também situações em que a adaptação e até mesmo a replicação de soluções arquitetónicas pré-concebidas podem ser entendidas como imposições às necessidades do território. No entanto, são construções cujas características transportam para o local de implantação, a responsabilidade do desenvolvimento e posterior concretização do projeto. Quando os povos indígenas iniciaram a abertura de clareiras na vegetação silvestre para erguerem as suas habitações – conforme esquemas ordenadores previamente estabelecidos e passados de geração em geração – principiava-se um *modus operandi* caracterizado precisamente pela situação singular da escolha de um espaço capaz de abrigar um edifício pré-definido. Pode dizer-se que tal linha de raciocínio está também presente nas *Casas Bandeiristas* estudadas.

De maneira geral, elas eram implantadas junto a um riacho<sup>17</sup>, a meio de encostas, cujas pequenas variações de cota não prescindiam de compensações feitas por plataformas elevadas, salvaguardando as construções de eventuais inundações - quer pela acumulação de águas pluviais no solo, quer pelas cheias. Cercadas pelos *capões*<sup>18</sup>, demarcavam o sítio e estabeleciam um *lugar acima do mundo*; constituíam, através das formas geométricas amaneiradas das construções europeias, marcos referenciais que nos remetem para um ideal clássico. A despeito das variações climáticas existentes no território notoriamente vasto que abrangiam, eram predominantemente orientadas consoante o eixo nordeste-sudeste e possuíam nos beirais avantajados, um artifício tanto para a proteção solar, quanto para o resguardo das paredes de taipa. A disposição dos ambientes não consistia perentoriamente numa resposta ao clima – quente e relativamente seco a maior parte do ano – porém, tanto o considerável pé direito, quanto as grandes dimensões das janelas garantiam não só a ventilação – e consequentemente o arrefecimento dos ambientes – como também a iluminação, ainda assim limitada devido à existência de poucas aberturas por razões construtivas. À semelhança das *casas-grande* indígenas, eram abrigadas por uma única cobertura sob a qual se dispunham as divisórias (paredes) que compartimentavam o espaço em diferentes zonas, classificadas de acordo com o uso a que se destinavam. Em alguns casos, como no *Sítio Padre Inácio*, sob a cobertura de quatro águas era construído um sótão (*jirau*) de pé direito baixo, acedido por intermédio de uma escada de madeira e utilizado para armazenagem de provisões.

No exterior, o espaço entre as paredes e os limites da plataforma em que assentavam, era coberto pela projeção da cobertura única que, através de largos beirais, protegia a circulação em seu redor. Precisamente a meio da fachada principal, tal como acontece em algumas propriedades rurais lusas, uma reentrância no plano das paredes originava um espaço de transição semi-exterior: o *alpendre*, que não só demarcava a entrada principal, como também proporcionava um acesso independente à capela e ao quarto de hóspedes. Era, pois, uma espécie de *zona mista*, social, onde se podiam deixar temporariamente as montarias, receber visitantes, transmitir ordens e separar as classes sociais em dias de missa – pois apenas a personalidade era permitido o acesso ao interior da capela. Deste recinto, acedia-se diretamente à sala que, à semelhança das casas árabes na Andaluzia, era também o *coração* do edifício – o ambiente em torno do qual todas as estruturas interiores eram organizadas. A contiguidade dos espaços articulados em torno de uma área central é comparável ao pátio, também central, de algumas aldeias indígenas como a dos *ianomamis*, ou à praça em redor da qual se dispunham as *malocas tupi-guarani*. É também às influências indígenas que remonta o hábito de cozinhar num anexo à zona de serviços, localizado na zona posterior do edifício e, portanto, oposta ao alpendre.

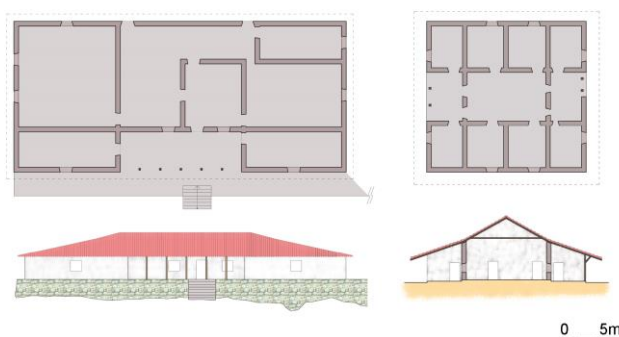
---

<sup>17</sup> Nos casos analisados, a distância máxima entre a construção principal e um curso d'água não era superior a 150 metros.

<sup>18</sup> Porções de mato virgem entre campos e prados.



Térrea, de planta retangular e estrutura simétrica, a *Casa Bandeirista* era uma estrutura aparentemente monolítica que não exteriorizava a flexibilidade que possuía, tanto a nível programático – como percebido através dos *alpendres* – quanto pelas especificidades construtivas. Numa alusão às ideias clássicas, foi comparada por alguns investigadores à arquitetura Palladiana, em virtude das proporções geométricas por que se regia. Reconhece-se, contudo, que apesar da sua *geometria idealizada* poder ser uma metáfora do *templo grego*, ela estava limitada às dimensões que os sistemas construtivos utilizados podiam alcançar. No entanto, a sua área total variava também em função do estatuto sócio-económico que abrigava e conforme as necessidades apresentadas pelo sistema mercantil ainda em formação no interior do Brasil. Apesar da manifestada origem ibérica da *Casa Bandeirista*, a tradição do habitar não foi imposta aos colonos por aquele povo, que consentiu adaptações consideráveis ao modelo arquitetónico empregue nas casas rurais que, tal como as casas em estudo, eram muito similares entre si. Tanto a sua composição como organização evidenciavam as influências mamelucas e indígenas. A combinação de propósitos entre os seus usuários fez com que elas não fossem apenas edificações rurais ou meros edifícios de paragem, mas verdadeiras bases civis e militares, que situadas em locais estratégicos, certamente contribuíram para a manutenção da soberania da metrópole sobre o território brasileiro.



Figuras 4 e 5 – Casa-grande do *Sítio de Santo Antônio* (~1681) e Casa-grande do *Sítio do Mandu* (~1680-1720).

### 3.2. ESPECIFICIDADES CONSTRUTIVAS

A *Casa Bandeirista* é construída por paredes em taipa-de-pilão<sup>19</sup> (com cerca de 60cm de espessura), sistema construtivo que exigia uma modulação rígida, determinante da sua forma, beleza e conforto. O facto de não apresentar resistência ao risco, não trabalhar à tração e ser altamente erodível, levou a que nos cantos fosse feita uma tentativa de travamento dos blocos saídos dos taipais, através do seu cruzamento em forma de malhetes (Cf. Lemos, 2009). Em alguns casos eram executados baldrames como fundações, através da abertura no solo de valas perimetrais contínuas com cerca de 1,5m de profundidade, onde eram colocadas pedras e calda<sup>20</sup>, no entanto, na maioria das vezes, a terra era simplesmente pilada em valas, sem qualquer precaução contra as humidades e assentamentos, problema minimizado em casos raros,

<sup>19</sup> Sistema construtivo de origem portuguesa e adaptado depois pelos mamelucos às condições especiais do planalto de Piratininga - a *taipa-de-pilão* - é utilizada na construção de paredes (exteriores e interiores) e muros. A sua matéria-prima é a terra retirada das proximidades da construção, ultrapassando dificuldades de transporte; e o cascalho. A mistura dos dois é compactada horizontalmente em camadas (com cerca de 15cm de altura), em cofragens rudimentares de madeira (taipais) com pilões, processo que reduz as camadas para metade da altura. Quando a terra pilada atinge mais ou menos dois terços da altura do taipal, recebe transversalmente pequenos paus, roliços envoltos por folhas, geralmente de bananeiras, produzindo orifícios cilíndricos denominados "cabodás", que permitem o ancoramento do taipal numa nova posição. Este sistema apresenta um bom desempenho energético e estrutural, permitindo o suporte de cargas como pavimentos superiores ou madeiramentos das coberturas.

<sup>20</sup> Mistura de barro, cal e um aglomerante que podia ser óleo de baleia, borra ou resíduo de cozimentos.

com a execução de um embasamento em pedra das paredes em taipa, evitando a absorção da humidade do solo ascendente por capilaridade. Segundo Carlos Lemos, o revestimento exterior destas paredes era composto por emboços de várias camadas: "sendo a primeira levando a mesma terra da parede acrescida de alguma terra "mais grudenta" à qual também se juntava esterco de gado para evitar fissuras, nas seguintes, a mesma receita ganhando areia aos poucos e se houvesse cal a última demão seria com a ausência total de terra e esterco. Se não comparecesse a cal de Santos, usava-se a tabatinga<sup>21</sup> na pintura. Havia ali uma gradação responsável por uma fixação perfeita do revestimento." (Lemos, 2009) Para além das paredes, também nos pavimentos em terra batida era visível o recurso à matéria-prima local abundante, opção que resultava numa unificação benéfica dos espaços exterior e interior, complementar às ideias empregues na organização programática.

Por possuírem elevada inércia térmica, as paredes em terra "atuam como volante de inércia nas mudanças de temperatura do interior dos edifícios, atrasando o aquecimento dos espaços interiores quando a temperatura baixa durante a noite, através da libertação de energia armazenada, nas paredes de terra, durante o dia" (Mateus, 2006 apud Castanheira, 2012, p.106). No entanto, a combinação com outros aspetos, contribuía significativamente para a melhoria da eficiência energética do conjunto. Exemplos disso seriam as dimensões das aberturas e a existência de um sobrado entre a cobertura e o piso térreo, que por ser ventilado através da telha vã, gerava uma caixa-de-ar auxiliar no controlo da humidade e da temperatura no interior.

Com quatro águas e telha de canal, a cobertura apresentava uma dupla e por vezes, tripla inclinação suavizadas até ao beiral, o que impedia a queda da água das chuvas de forma abrupta no solo, permitindo uma drenagem superficial que evitava infiltrações que rapidamente pudessem atingir a base das paredes em terra. Problema contornado também com o afastamento de cerca de um metro dos beirais às paredes, que colocava essas águas fora do alinhamento das fundações, protegia a taipa da erosão por ação das chuvas frequentes e para além disso, com temperaturas mais altas, aumentava a área de sombreamento dos panos de parede evitando o seu sobreaquecimento e consequente desidratação. Uma destas águas é parcialmente responsável pelo abrigo do alpendre<sup>22</sup>, que era apoiado no extremo oposto por duas pilastras.

Contudo, é a estrutura que suporta o conjunto – em madeira de canela-preta, resistente, durável e abundante – que conforma a cobertura na resposta às exigências com que se confronta. Apesar das variantes, era maioritariamente das vezes composta por asnas (estrutura principal) e caibros paralelos entre si, em intervalos regulares, ligando o frechal à cumeeira (secundária). Cada caibro coincidia com um tarugo, que unia pontualmente os dois frechais, melhorando, simultaneamente, a distribuição das cargas. Sobre eles assentavam transversalmente as ripas de suporte das telhas. Certamente seriam os cachorros - projetados para além das paredes de taipa e nos quais assentava o forro em madeira dos beirais - os responsáveis pela maior variação deste sistema. Aparentemente inclinados, nas Casas do *Sítio do Mandú* e do *Sítio do Padre Inácio*, continuam a segunda e última pendente da cobertura, alongando o beiral. Já na do *Sítio de Santo Antônio*, a sua horizontalidade conduz à anulação da pendente do telhado até ao extremo, opção que se verifica ser mais vantajosa em consideração tanto aos propósitos já descritos, quanto à melhoria da estabilidade de toda a estrutura – através da concentração das cargas ao longo do coroamento das paredes.

No caso do *Sítio do Padre Inácio* as quatro grandes vigas de madeira apoiam-se nos frechais das paredes da sala central, encontrando-se "no vértice da pirâmide onde trabalham à compressão; estando prevista, inclusive, a flambagem de gosto oriental" (Lemos, 2012), particularidade que a diferenciava de modelos ibéricos semelhantes. "No sul de Portugal, por exemplo, os telhados

---

<sup>21</sup> Argilomineral conhecido como caulinita ou caulinite, um silicato de alumínio hidratado.

<sup>22</sup> Ou varanda, se adotarmos a nomenclatura sugerida por Sylvio de Vasconcelos, que a define como "o espaço resultante do prolongamento da água principal do telhado e apoiado diretamente no solo." (Vasconcelos *apud* Colin, 2010)

de quatro águas eram (e ainda são) destinados a cobrir apenas pequenos cômodos providos de abóbadas de tijolos, em cujos rins apoiavam-se as delgadas e curtas peças de madeiras livres de qualquer tipo de esforço a não ser suportar o peso das telhas." (Idem)

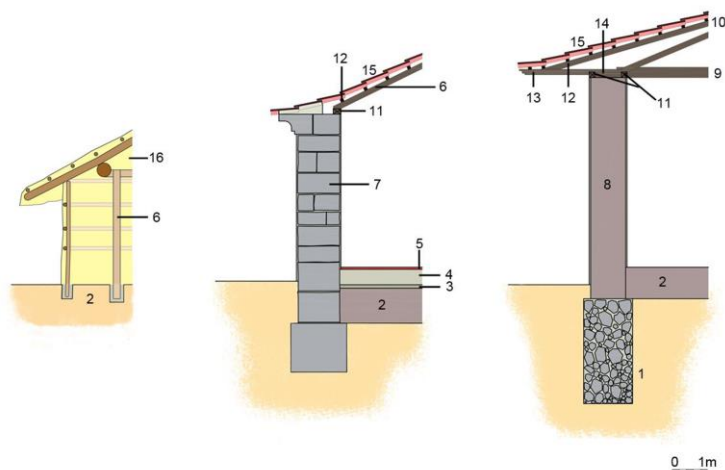


Figura 6 – Cortes construtivos comparativos entre a Casa Unitária dos *Tucanos*, a Casa Rural Lusitana e a Casa Bandeirista (1. Baldrame 2. Terra batida 3. Brita 4. Massame 5. Ladrilhos 6. Estrutura em madeira 7. Alvenaria de pedra 8. Taipa de pilão 9. Asna 10. Caibro 11. Frechal 12. Ripas 13. Cachorro 14. Tarugo 15. Telha 16. Palha).

#### 4. CONCLUSÕES

A ocupação ibérica no continente americano exigiu às civilizações originárias uma partilha territorial. No Brasil, o estabelecimento de pontos de paragem em auxílio das rotas comerciais ibéricas, fez com que se fundassem vilas e cidades ao longo da zona costeira, dando início a um processo de transmutação territorial e cultural. A descoberta de metais preciosos na porção interior do território ocasionou a urgência na disputa pela sua soberania, levando ao surgimento de estruturas *polivalentes* que operassem tanto como instrumentos de demarcação territorial, quanto como bases para o aprovisionamento civil e militar. Como respostas arquitetônicas a essa necessidade capital do período colonial, as *Casas Bandeiristas* são produto da conjugação de esforços entre espanhóis, índios, *mamelucos* e portugueses e tiveram origem na inadaptação da construção indígena aos requisitos desse estabelecimento europeu protagonizado pelos *Bandeirantes*. Representantes *sui generis* da sociedade paulista no decorrer dos séculos XVI e XVII, apresentam soluções tipologicamente inovadoras – tanto pelo sincretismo formal e funcional, quanto pelo estrutural – adequadas às condicionantes impostas pelas adversidades do sítio. Nesse sentido, reconhece-se a influência de ideias clássicas na composição, indígenas no habitar e ibéricas na construção. Pelas facilidades da obtenção e trabalhabilidade, a escolha da terra como matéria-prima principal, faz da *Casa Bandeirista* um exemplar das construções erguidas com o mesmo material que constitui o sítio onde são implantadas. Foi precisamente através da transmutação do solo em elementos arquitetônicos que, por sua vez, transformavam o território, que se superou o desafio das diferenças existentes entre a América e a Europa, entre o Brasil e a Península Ibérica. Fruto de culturas partilhadas, essas edificações não se resumem ao ajustamento da *cultura construtiva* ibérica às inauditas condições brasileiras, como tantas vezes divulgado, mas antes das relações entre os colonizadores e os colonizados e precisamente por isso, é que podem ser consideradas manifestamente *luso-brasileiras*.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Arquitectura Popular em Portugal*. 1961. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Artigas, João Batista Vilanova. 2004. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify.

Costa, André; da Silva, Ana.

Benévolo, Leonardo. 2005, 2007. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva.

*Casa-grande do Sítio do Padre Inácio*. 1963. São Paulo: Revista Acrópole nº 294. <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/294>>. [Consult. 06Julho.2016]

Castanheira, Guilherme; BRAGANÇA, Luís. 2012. "Benefícios Energéticos da Construção em Terra para Habitações Populares em Portugal". Seminário Reabilitação Energética de Edifícios, Universidade do Minho.

Colin, Silvio. 2010. Técnicas construtivas do período colonial - II [em linha]. Coisas da Arquitectura. <<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-ii/>>. [Consult. 08Julho.2016].

Del Priori, Mary; Venancio, Renato. 2010. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

Fausto, Boris. 2001, 2012. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Figueiredo, Luciano (org.). 2013. *História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Lemos, Carlos. 2009. *A invenção da casa bandeirista* [em linha]. São Paulo: Vitruvius. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.088/3042>>. [Consult. 11Maio.2016].

\_\_\_\_\_. 2012. *Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira* [em linha]. São Paulo: Vitruvius. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4214>>. [Consult. 08Julho.2016].

\_\_\_\_\_. 1980, 2014. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense.

Linhares, Maria Yedda (org.). 1990. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mateus, João Mascarenhas. 2013. "Culturas construtivas em Portugal e no Brasil. Contributos para uma análise diacrónica". I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, 4 a 6 de Setembro de 2013.

Mateus, João Mascarenhas. 2011. *Das singularidades portuguesas na história da construção*. In "A história da construção em Portugal - Alinhamentos e fundações". Coimbra: Edições Almedina, SA.

Mayumi, Lia. 2005. *Taipa, canela preta e concreto - Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.

Monteiro, John. 2013. *Bandeiras indígenas*. In: Figueiredo, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Narloch, Leandro. 2011. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya.

Ribeiro, Orlando. 1945, 1998. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Rodrigues, Maria João Madeira. 2002. *O que é a Arquitectura*. Lisboa: Quimera Editores, Lda.

*Sítio de Santo Antônio*. 1962. São Paulo: Revista Acrópole nº 289. <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/289>>. [Consult. 11Maio.2016]

Souza, Wladimir Alves de (org.). 1984. *Guia dos bens tombados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

Vieira, Alexandra. 2014. *Alguns dados para o estudo da Idade do Bronze no Norte de Portugal*. In *Antrope - A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Tomar: Centro de Pré-História.

Weimer, Günter. 2012. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Zanettini, Paulo Eduardo. 2015. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.

\*As ilustrações presentes neste artigo são resultado de análise e redesenho dos documentos consultados.